



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CONTRATO 012/2016

PREGÃO (PRESENCIAL) 006/2016
PROCESSO Nº 011/2016

Contrato de prestação de serviços continuados de 01 (um) repórter fotográfico profissional, com mão-de obra residente, nas dependências da Câmara Municipal de Jataí, celebrado com a empresa HÉLIO DOMINGOS DA SILVA 30180708104.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE JATÁI-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 24.858.805/0001-39, com sede em Jataí-GO, estabelecida na Praça da Bandeira, s/n, Centro – Jataí-GO, neste ato representada por seu Presidente, Vereador **Marcos Antônio Ferreira da Luz**, brasileiro, casado, portador da CI-RG nº 0497024539 MDEF/EB inscrito no CPF sob nº 414.801.801-06, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **HÉLIO DOMINGOS DA SILVA 30180708104**, situada na Rua Oito, 42Qd 13, Lt. 45, Bairro Colmeia Park, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.810.303/0001-40, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Hélio Domingos da Silva**, portador da C.I nº 1445398 DGPC-GO, inscrito no CPF nº 301.807.081-04, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços continuados de 01 (um) repórter fotográfico profissional, com mão de obra residente, nas dependências da Câmara Municipal de Jataí, conforme condições e exigências estabelecidas, conforme especificações e características mínimas constantes no Anexo I – Termo de Referência e as condições estabelecidas neste Edital, com alicerce na Lei nº 8.666/93, com suas alterações, na Lei nº 10.520/2002, no Decreto 3.555/00, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/14 e no Edital Pregão (Presencial) nº 006/2016, devendo ser observadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato será regido pela Lei nº 8.666/93, a Lei 10.520/02 e no Decreto 3.555/00, ficando os contratantes sujeitos às normas destas, e pelas disposições da Lei nº 8.078/90 que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços continuados de 01 (um) repórter fotográfico profissional, com mão de obra residente, nas dependências da Câmara Municipal de Jataí, conforme condições e exigências estabelecidas, conforme especificações e características mínimas constantes no Anexo I – Termo de Referência e as condições estabelecidas no Edital Pregão Presencial 006/2016; em regime de execução indireta, empreitada por preço global.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES/DIREITOS DAS PARTES

3.1 – Constituem obrigações / direitos da contratante:

- 3.1.1. Nomear Fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
- 3.1.2. Vetar o emprego de qualquer atitude que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA;
- 3.1.3. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos ;no edital e minuta do contrato;
- 3.1.4. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;
- 3.1.5. Rescindir o contrato, inclusive nos casos especificados na Lei 8.666/93;
- 3.1.6. Aplicar sanções motivadas, pela inexecução total ou parcial do contrato, incluída a advertência, suspensão do direito de licitar com a Câmara Municipal de Jataí-GO e declaração de inidoneidade;
- 3.1.7. Permitir livre acesso dos empregados da contratada às suas dependências para execução dos serviços, respeitadas algumas exceções quanto ao horário de acesso;
- 3.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;
- 3.1.9. Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
- 3.1.10. Supervisionar a execução dos serviços e atestar as notas fiscais/faturas correspondentes;
- 3.1.11. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou servidor designado como fiscal do contrato, permitida a assistência de terceiros, podendo para isso:
 - a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
 - b) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;
 - c) Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;
 - d) Receber os objetos entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas.
- 3.1.12. No caso de necessidade de deslocamento do fotógrafo para outra cidade, esse deslocamento será de responsabilidade da Contratante.

3.2 - Constituem obrigações/direitos da contratada:

- 3.2.1. Atender à demanda de cobertura fotográfica de eventos de interesse da CMJ, dentro e fora das dependências da Câmara, pautados pela Assessoria de Comunicação e Cerimonial, que fará o controle e a triagem das pautas;



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

- 3.2.2. Atender a demanda de produção de fotografias institucionais e publicitárias para campanhas internas realizadas pela Câmara;
- 3.2.3. Operar câmera fotográfica digital profissional e acessórios, com domínio e destreza;
- 3.2.4. Operar os equipamentos de iluminação de estúdio e de medição de luz, com domínio e destreza;
- 3.2.5. Receber, controlar e transportar os materiais e equipamentos indispensáveis à execução do trabalho;
- 3.2.6. Verificar diariamente as condições de uso dos equipamentos fotográficos com vista a detectar eventuais problemas ou necessidade de recarregar baterias para que os equipamentos estejam sempre disponíveis para o uso;
- 3.2.7. Prestar contas das atividades desenvolvidas dentro dos prazos estabelecidos;
- 3.2.8. Zelar pelos equipamentos disponibilizados para seu uso e, em caso de defeito, de equipamento disponibilizado pela CONTRATADA, informar imediatamente a CONTRATANTE, na pessoa do gestor, para que ela tenha ciência da substituição dos equipamentos;
- 3.2.9. Selecionar, tratar, editar, catalogar e arquivar fotografias dentro dos padrões estabelecidos pela Assessoria de Comunicação da CMJ;
- 3.2.10. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 3.2.11. Em caso de eventual ausência, comunicar com antecedência a Administração e enviar um profissional em substituição, em caráter imediato;
- 3.2.13. Manter disciplina nos locais dos serviços;
- 3.2.14. Manter o funcionário identificado através de crachá, com fotografia recente.
- 3.2.15. Responsabilizar-se por todos os custos, em caso de empregados, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, isentando a Câmara de qualquer responsabilidade;
- 3.2.16. Manter a assiduidade e a pontualidade.
- 3.2.17. Comunicar à Administração da Câmara Municipal de Jataí, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que presenciar ou tomar conhecimento prestando os esclarecimentos que julgar necessários;
- 3.2.18. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 3.2.19. No caso de necessidade de deslocamento do fotógrafo para outra cidade, as despesas com hospedagem e alimentação serão responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

- 4.1 - O valor mensal do presente contrato é de **R\$ 2.600,00** (Dois mil e seiscentos reais), e o valor total anual do presente contrato é de **R\$ 31.200,00** (Trinta e um mil e duzentos reais);
- 4.2 - Para efeito do recebimento, a contratante pagará ao Contratado os valores referentes ao fornecimento do objeto desta licitação, conforme Nota Fiscal, que será emitida à Contratante. Sem os quais a nota fiscal não será processada para pagamento;
- 4.3- O pagamento, será efetuado até 10 (dez) dias, contados da apresentação dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do

3/7



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Trabalho - Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, nos termos da Lei n.º 4.923/65), comprovante de regularidade do ISSQN; e Nota Fiscal, que deverá ser emitida no primeiro dia útil do mês subsequente da prestação do serviço.

4.4- Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes às penalidades eventualmente aplicadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

5.5 - Durante o período de vigência, o valor do contrato é fixo e irredutível, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, caso em que o contrato poderá ser reajustado, com aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo); ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.6 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro procedimento licitatório.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto deste PREGÃO (PRESENCIAL), correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Jataí para o Exercício de 2016, Elemento de Despesa 339039/05 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica/ Serviço Técnico Profissional – conforme informação contida no processo referenciado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência é de 12 meses, contado da data de sua publicação, podendo ser prorrogados, nos termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93, por até 60 (sessenta) meses;

7.2. A fiscalização do presente contrato ficará sob a responsabilidade do respectivo servidor designado pelo Presidente da Câmara.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

8.1. Os serviços incluem a cobertura de eventos e reuniões externas, realizados fora das dependências da Câmara Municipal de Jataí e em horários fora do período de expediente, além da cobertura dos eventos realizados nas dependências da Câmara, situada na **Praça da Bandeira nº 96** – Centro – Jataí – GO – CEP – 75.800-020;

8.2. O repórter fotográfico terá jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas;

8.3. A escala de trabalho do repórter fotográfico estará compreendida entre 8h e 21h e será definida pelo gestor do contrato, de acordo com a necessidade da Câmara, respeitando sempre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

8.4. Eventuais coberturas extraordinárias realizadas fora do período estipulado, seja em dias úteis ou em finais de semana e feriados, serão compensadas em regime de folga, em período a ser autorizado pela Câmara.

8.5. A CONTRATADA deverá ajustar a compensação das horas excedentes à jornada de trabalho dos empregados ocupantes do posto de trabalho por meio de acordo individual



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

escrito da referida compensação da jornada de trabalho, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário, conforme entendimento do Enunciado n. 85 do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 - Compete a um servidor designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Jataí-GO, o acompanhamento e controle da execução deste Contrato, competindo-lhe a atestação de conformidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

10.1 - A Contratante poderá rescindir unilateralmente o presente contrato conforme os permissivos legais estatuídos pela Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

11.2 - O licitante vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar a documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar com a Câmara e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, sem prejuízo das multas prevista neste edital e das demais cominações legais.

11.3 - Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízos de outras:

a) advertência;

b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas, por dia de atraso injustificado, limita sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

b.2) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do contrato.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;

d) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 – As penalidades previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, §2º, da Lei nº 8.666/93).

11.5 - As multas aplicadas serão deduzidas do valor do pagamento devido ao licitante vencedor, quando possível, ou por via de procedimento extrajudicial, conforme o caso.

11.6 – No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

11.7 – Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93 e as consoantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no site Oficial da Câmara e Diário oficial do Município de Jataí.

11.8 – De acordo com artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frutar os objetos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.9 – Da aplicação das penas definidas no § 1º e no art. 87 da lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

11.10 - No caso de declaração de idoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jataí, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

11.11 – O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo no setor de protocolo da Câmara Municipal de Jataí, localizado na Praça da Bandeira, 96 – Centro, nos dias úteis das 08h às 11h e das 13h às 17h.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1 - A contratante fará a publicação do extrato deste contrato para os efeitos legais previstos na legislação pertinente no site oficial da Câmara Municipal de Jataí.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA DE PREÇOS DA CONTRATADA

13.1 - Este contrato vincula-se, em todos os seus termos, aos mandamentos do Edital PREGÃO (PRESENCIAL) nº 006/2016 e seus anexos e às estipulações da proposta de preços da Contratada.

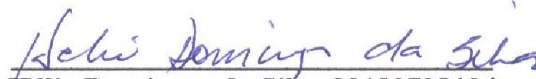
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Jataí-GO para dirimir toda e qualquer dúvida ou litígios decorrentes do presente contrato.

14.2. E por estarem assim ajustadas, celebram e firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único fim de direito, obrigando-se por si e sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Jataí-GO, 03 de agosto de 2016.


Marcos Antônio Ferreira da Luz
Presidente


Hélio Domingos da Silva 30180708104
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome Edson Santos de Azevedo
CPF 849.422.071-34

Nome Luiza Riscatti Pereira Emerude
CPF 932.280.231-68


SIMONE R. L. MELO
Controle Interno